



ACÓRDÃO Nº132/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12455/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul - SPA Zona Sul.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsáveis:** Sra. Juceline Fayal de Freitas (ordenadora da despesa) e Braz Rodrigues dos Santos (ordenador de despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 418/2022-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul - SPA ZONA SUL. Exercício de 2019.

Irregularidade. Regularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Juceline Fayal de Freitas**, gestora e ordenadora da despesa do Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul (SPA Zona Sul) no período de 01/01/2019 a 30/09/2019, nos termos do art. 22, inciso III alínea “b” da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II e §1º, inciso III, alínea “b” da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, considerando a fragmentação de despesas (12,49% das despesas executadas no exercício).
- 10.2. **Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Braz Rodrigues dos Santos**, gestor e ordenador da despesa do Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul (SPA Zona Sul) no período de 01/10/2019 a 31/12/2019, nos termos do art. 22, inciso I da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II e §1º, inciso I da Resolução nº 04/2002-RITCEAM.
- 10.3. **Aplicar multa à Sra. Juceline Fayal de Freitas** no valor de **R\$ 14.000,00 (catorze mil reais)**, nos termos do art. 54, inciso VI da Lei nº



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº132/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

2.423/1996-LOTCEAM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em face do descumprimento do art. 37, inciso XXI da CF c/c art. 2º da Lei nº 8.666/1993 (questionamento 11 da DICAD, constante da Notificação nº 348/2020-DICAD), referente à fragmentação de despesas (12,49% das despesas executadas no exercício).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

10.4. Dar ciência à Sra. Juceline Fayal de Freitas acerca do julgado.

10.5. Dar ciência ao Sr. Braz Rodrigues dos Santos acerca do julgado.

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de fevereiro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral